



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS E
RELIGIOSOS
CENTRO DE FORMAÇÃO JURÍDICA E JUDICIÁRIA

**INTERVENÇÃO DA EXCELENTÍSSIMA SENHORA DIRECTORA
DO CENTRO DE FORMAÇÃO JURÍDICA E JUDICIÁRIA POR
OCASIÃO DA CERIMÓNIA DE ABERTURA DA REUNIÃO
ANUAL DE BALANÇO 2020**

MAPUTO, 6 DE NOVEMBRO DE 2020



CENTRO DE FORMAÇÃO JURÍDICA E JUDICIÁRIA

Venerando Vice-Presidente do Tribunal Supremo;

Venerando Presidente do Tribunal Administrativo;

Digníssima Procurador-Geral da República;

**Sua Excelência Ministra da Justiça, Assuntos
Constitucionais e Religiosos;**

Sua Excelência Secretária de Estado da cidade de Maputo

Ilustre Bastonário da Ordem dos Advogados;

Estimados parceiros de cooperação;

**Excelentíssimo Senhor Diretor-geral do Instituto do
Patrocínio e Assistência Jurídica e Caros membros do
Conselho Consultivo do Ministério da Justiça, Assuntos
Constitucionais e Religiosos;**

**Prezados Senhores e Senhoras antigos Directores do CFJJ,
Senhores e Senhora Presidente da Associação
Moçambicana de Juízes, Associação Moçambicana dos
Magistrados do Ministério Público e da Associação dos
Oficiais de Justiça;**

**Senhores Coordenadores, formadores e demais
funcionários do CFJJ e IPAJ;**

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Em primeiro lugar gostaria de endereçar uma calorosa saudação a todos presentes, cuja presença nos alegra, especialmente à Sua Excelência Ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos a quem reitero os meus agradecimentos pessoais e em nome do CFJJ pela honrosa presença nesta cerimónia de abertura de mais uma Reunião Anual de Balanço, que se espera profícua, e desta feita subordinada ao lema **"Apostando na qualificação e melhoria das capacidades técnicas e humanas em prol de um sistema de justiça moderno e acessível ao Cidadão"**.

Em segundo lugar gostaria de desejar as boas vindas a todos vós, Excelências, lembrando que a Vossa presença é digna do nosso maior apreço, porquanto expressa a importância que atribuis ao CFJJ, *o centro de todo o judiciário* como não me canso de predizer, proposição que se vai tornando célebre nas minhas intervenções.

Uma palavra de estima e gratidão vai também para os nossos parceiros em toda linha, tanto os de cooperação que financiam as nossas actividades contribuindo decisivamente para que o CFJJ realize o seu mandato num contexto económico adverso, agravado pelo impacto severo da pandemia da Covi-19, designadamente e em particular, a Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação (SDC), o Fundo das Nações

Unidades para a Infância (UNICEF), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP), entre outros de suprema e igual importância, quanto os de implementação, nomeadamente, todas as instituições do Sistema de Administração da Justiça que simultaneamente são cooperantes e beneficiários, assim como outros consórcios do sector privado e da sociedade civil que contribuem para a materialização dos desígnios do CFJJ, em particular, e do Governo de Moçambique, em geral.

Reitero, pois, que o papel das Vossas instituições, o engajamento e o apoio incondicional que nos têm prestado, tem sido fundamental para que o CFJJ forme e qualifique os operadores da Justiça contribuindo, assim, para a garantia de um sistema de justiça proactivo, enformado e eficaz, que, efectivamente, afirme o Estado de Direito Democrático em Moçambique.

Excelência, Minhas Senhoras e Meus Senhores

A Reunião Anual de Balanço é o colectivo principal do CFJJ que se realiza anualmente, cujo propósito é garantir a planificação, coordenação e controlo das suas actividades, competindo-lhe, em especial: i) apreciar e controlar a execução do plano e do programa de actividades e proceder ao seu balanço; ii) recomendar a aprovação do relatório e do plano anual do CFJJ à

autoridade competente; iii) apreciar e recomendar sobre as matérias a ela submetidas, incluindo as políticas e estratégias de desenvolvimento do CFJJ nos domínios de gestão e administração.

Enquadrado nos propósitos supraditos, espera-se que, na sessão de trabalho de hoje se proceda, com responsabilidade, profissionalismo e realismo ao balanço do desempenho do CFJJ no ano transacto (2019); definir as prioridades e estratégias para assegurar o cumprimento dos planos sectoriais; e perspectivar as acções de formação, pesquisa e documentação jurídica e judiciária.

Portanto, mais do que mero balanço, a reunião de hoje pretende ser um fórum de reflexões, análises, discussões e partilhas de informação e experiências com vista, também, ao aprimoramento das formas de articulação, comunicação, coordenação e planificação entre os diversos actores do Sistema de Administração da Justiça.

Excelência, Minhas Senhoras e Meus Senhores

Apraz-me destacar uma série de realizações alcançadas em 2019, fruto de muito trabalho de equipa, mas também de penhorado engajamento e comprometimento de diversos parceiros de

cooperação e de implementação das actividades previamente planificadas, sem os quais o CFJJ não as conseguiria alcançar.

Desde logo, no que tange à formação, contribuímos para fortalecer as capacidades técnico-jurídicas do sector da justiça nas áreas de desenvolvimento sustentável, combate à corrupção, protecção e promoção de direitos humanos, e paz e democracia, em linha com as principais orientações do Plano Quinquenal do Governo.

Neste contexto, foram capacitados **2351** operadores judiciais em matérias relativas à promoção do direito e do acesso à justiça ao cidadão; **1773** em matérias de direito de ambiente, terra e recursos naturais; **230** em matérias de direitos humanos, incluindo matérias de promoção dos direitos das mulheres, crianças, HIV-SIDA; **60** em matérias de promoção do direito democrático e eleitoral e **295** em matérias que contribuem para o desenvolvimento institucional do sector, entre os quais formadores do CFJJ, oficiais de justiça e assistentes de Oficiais de justiça, defensores públicos, entre outros, totalizando cerca de **4.709** operadores de justiça formados, capacitados e qualificados em 2019.

No que concerne ao estudo e à pesquisa, outro desígnio importante agregado à missão do CFJJ, expresso o nosso

sentimento de alegria pelo início do estudo etnográfico das normas das populações locais para a resolução de conflitos e a sua relação com o acesso ao direito e a justiça em Moçambique, sobre hábitos e costumes locais para o fortalecimento da intervenção dos magistrados locais, cujos resultados preliminares da pesquisa de campo serão apresentados nesta reunião.

Ainda no que refere a área do estudo e pesquisa, em especial no apoio ao processo de produção legislativa e regulamentar o CFJJ, com o apoio da UNICEF, finalizou e submeteu ao MJCR a proposta do Regulamento da Lei de Promoção e Protecção dos direitos da criança, instrumento fundamental que estabelece os princípios, as normas e os procedimentos da intervenção interinstitucional de promoção e protecção dos direitos das crianças e da intervenção socioeducativa e consequente aplicação de medidas de protecção às crianças sempre que os seus direitos reconhecidos na Lei se mostrarem ameaçados ou violados, por forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral e, ainda, da aplicação de medidas socioeducativas quando as crianças estejam em conflito com a lei.

Ainda neste domínio, com o apoio do PNUD o CFJJ procedeu a integração curricular de matérias ligadas a direitos humanos e HIV-SIDA e VBG e, ainda, sobre Penas Alternativas a Prisão e

nesse contexto elaborou, respectivamente, os currícula e respectivos manuais de formação.

Com o apoio do PNUMA- Programa das Nações Unidas para o Ambiente, inserido no programa Greening the Judiciaries (Tornando os Judiciários de África Mais Verdes) o CFJJ elaborou o currículo e manual de formação em Direito do Ambiente para magistrados, esperando que o mesmo seja validado e definitivamente aprovado ainda durante este ano de 2020.

Excelência, Minhas Senhoras e Meus Senhores

Na última reunião de balanço foi apresentado em linhas gerais o informe sobre a reforma do CFJJ. Neste contexto, deleita-nos enunciar que a proposta do novo estatuto orgânico foi submetida ao MJCR que já se encontra inscrita no calendário dos diplomas a ser aprovados pelo CM, de onde aguarda desfecho, que se espera, a bem de todo o judiciário, venha a ser favorável, pois, creditamos que é na reforma do CFJJ, INSTITUICAO QUE EM OUTUBRO PASSADO COMPLETOU 22 ANOS DE SERVICO DO SECTOR DA JUSTICA E DA SOCIEDADE MOCAMBICANA NO GERAL, que está a chave para a reconstrução de um sistema de justiça moderno, justo, transparente, eficiente e acessível a todos os cidadãos, cujos alicerces pousam precisamente na qualidade, modernidade e actualidade da formação.

Excelência, Minhas Senhoras e Meus Senhores

Não obstante um ano ter-se passado desde a última reunião, os constrangimentos, na sua maioria prevalecem, tal como os desafios.

Quanto aos constrangimentos, destacamos os seguintes: i) limitação da disponibilidade orçamental para a execução das actividades planificadas; ii) fraca capacidade de mobilização de recursos financeiros a partir das receitas próprias o que está associado à natureza orgânica da instituição, daí os constantes apelos à revisão do estatuto; iii) instabilidade dos recursos humanos que se expressa em pedidos constantes de transferência e mobilidade em virtude de baixa competitividade da instituição face a outras do sector.

Quanto aos desafios, destacamos os seguintes: i) urgente necessidade de aprovação do novo estatuto orgânico do CFJJ finalizar, em função disso, redefinir o projecto pedagógico em função de uma nova orgânica; ii) incrementar políticas e estratégias de desenvolvimento sustentável; iii) implementar o ensino alternativo ao ensino presencial, o que está a ser experimentado com a introdução do ensino *e-learning* e *b-learning* (*neste ano que a covid nos empurrou para o futuro*), bem ainda,

a inscrição electrónica no processo de recrutamento e selecção dos cursos de formação inicial, como respostas à Covid-19; entre outros.

Excelência, Minhas Senhoras e Meus Senhores

Chegados aqui, convicta de que a agenda levada à discussão nesta reunião de balanço merecerá a maior atenção de vós, resta-me augurar melhores contribuições de todos tendo em vista o desenvolvimento institucional e a melhoria de desempenho do CFJJ ao serviço de todo o Sistema de Administração da Justiça, rumo ao resgate da excelência que caracterizou esta instituição desde os seus primórdios.

Para concluir, desejo votos de um bom trabalho!

Pela Atenção dispensada o meu Muito Obrigada.

Matola, 06 de Novembro de 2020.